

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Justiça rejeita compensar União por crimes apurados na Lava Jato

Felipe Bächtold

SÃO PAULO A Justiça tem rejeitado uma série de pedidos da Procuradoria da Fazenda da União para reter, de maneira prioritária, milhões de reais de réus da Lava Jato com o argumento de que os crimes descobertos na operação geraram prejuízos ao Fisco.

A União, nesses pedidos, tenta se colocar como vítima ao lado da Petrobras. Afirma que o desvio de recursos revelado nas investigações constituiu também sonegação fiscal e tem preferência sobre outros prejudicados.

Nos processos da Lava Jato, a devolução determinada pela Justiça de verbas desviadas beneficia a estatal, que está no centro do esquema de corrupção investigado desde 2014.

Em janeiro, a juíza federal Carolina Lebbos, que atua em procedimentos paralelos da operação em Curitiba, negou bloquear R\$ 52,5 milhões do doleiro Alberto Youssef e R\$ 11,7 milhões do ex-diretor da Petrobras Renato Duque, como pedia a Procuradoria da Fazenda.

No caso do doleiro, a União apontava risco de a destinação de bens na esfera criminal prejudicar o pagamento de compensações na esfera cível — e que os depoimentos do réu na Justiça já demonstram que houve sonegação fiscal.

Em relação a Youssef, a primeira negativa foi do então juiz Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça, em 2017. Além de defender a prioridade da Petrobras sobre a recuperação dos danos, Moro disse que o acordo de delação já pressupunha que os valores sequestrados fossem destinados à Petrobras.

A defesa do doleiro, o Ministério Público Federal e os advogados da Petrobras também se posicionaram contra essa solicitação.

Neste ano, Lebbos também argumentou em despacho que as condenações de Youssef diziam respeito a crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e de organização criminosa, sem que tenha havido imputação a crimes tributários.

Em segunda instância, juízes também já rejeitaram pedidos da União para bloquear recursos do ex-ministro José Dirceu e da doleira Nelma Kodama — neste último caso, a vítima principal do caso era o Banco do Brasil.

No caso do ex-ministro, a União argumentou que os atos de corrupção consistiram na inclusão de propina como custo de contratos firmados na Petrobras, o que reduziu o lucro da estatal e, consequentemente, os tributos sobre o lucro devido ao Fisco.

A Procuradoria da Fazenda afirma que os pedidos “caminham em paralelo com as outras medidas de cobrança para realizar a indisponibilidade de ativos na seara cível”.

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

STF e Congresso se unem contra Bolsonaro

Crise do coronavírus vira palco de reação coordenada após presidente da República participar de ato contra os Poderes

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO A decisão de Jair Bolsonaro de se juntar a manifestantes que pediam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal gerou uma reação coordenada por parte dos Poderes sob ataque.

A pedido do presidente do Supremo, Dias Toffoli, e do ministro Luiz Fux, os presidentes Rodrigo Maia (Câmara, DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (Senado, DEM-AP) receberam nesta segunda (16) o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para discutir medidas acerca da pandemia do novo coronavírus.

No domingo (15), Bolsonaro surpreendeu ao surgir na praça dos Três Poderes e, descumprindo ordens sanitárias, já que estava em isolamento por ter tido contato com infectados em sua viagem aos EUA, confraternizou com integrantes do ato. Ao longo do dia, fez postagens de apoio ao protesto.

Ele foi criticado por políticos e infectologistas, dado que neste momento a recomendação oficial é a de evitar aglomerações e contato físico, e só respondeu dizendo que poderia fazer o que

bem entendesse, negando estar a atacar outros Poderes.

O ato deu um novo sentido à já aguda crise política, que residia centrada na disputa entre Executivo e Legislativo pelo manejo de R\$ 30 bilhões do Orçamento.

Agora, o papel moderador que o Judiciário vinha exercendo, exceto nos episódios em que Bolsonaro foi admoestado pelo decano Celso de Mello, mudou.

No Palácio do Planalto, a informação recebida é de que não haverá mais a tolerância tácita que marcava a presidência Dias Toffoli, que buscava o papel de esteio institucional em tempos de extrema crispação entre os Poderes.

Toffoli transitava bem no governo por meio de sua ligação com o general Fernando Azevedo, ministro da Defesa e seu ex-assessor especial.

Crises foram mediadas e o ministro deu decisões polêmicas favorecendo, por exemplo, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), primogênito do presidente e investigado entre outras coisas por ligação com milicianos.

Os militares, que na tríade principal do governo têm Azevedo, Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Walter Braga Netto (Casa

Civil), têm mantido silêncio sobre a escalada da crise.

Nesta segunda, os três generais que serviram juntos sob o comando de Azevedo se reuniram, mas oficialmente para falar sobre o temor do espaçamento da pandemia na fronteira entre Venezuela e Roraima.

A presença de Fux no encontro desta segunda é indicação de continuidade, dado que pelo rodízio do STF o ministro assumirá o lugar de Toffoli. Também de unidade, dado que os dois togados não comungam exatamente das mesmas linhas de pensamento na corte.

Inicialmente, a ideia não é forçar mais o conflito —isso caberia a Bolsonaro, que mesmo nesta segunda voltou a falar de forma desafiadora a Maia, que até aqui foi o fiador do único grande sucesso legislativo do governo, a reforma da Previdência.

O presidente disse abertamente que estava sendo isolado, alvo de um golpe, de que há rumores de impeachment no ar. Nas redes sociais, seus filhos Eduardo (deputado por SP) e Carlos (vereador pelo PSC carioca) ativamente denunciaram uma suposta campanha contra seu pai.

CONTINUA

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Rodrigo Maia prefere seguir a linha propositiva, como fez ao convocar seus pares para aprovar quaisquer ações emergenciais em relação ao coronavírus.

Medidas econômicas terão ambiente para prosperar, desde que com o selo do Congresso —deixando o protagonismo desejado por Paulo Guedes (Economia) na lateral.

Maia não quer ser visto como um Eduardo Cunha, o então deputado emedebista que presidia a Câmara e patrocinou pautas-bombas fiscais contra Dilma Rousseff (PT) no ano que antecedeu o impeachment da presidente.

Por outro lado, deu seu recado na semana passada ao deixar passar um acréscimo de R\$ 20 bilhões no Orçamento com o Benefício de Prestação Continuada, uma clássica pauta-bomba.

A crise sanitária tornou-se o palco da aceleração do isolamento de Bolsonaro, que crescentemente fala em tons messiânicos, supondo um apoio popular unânime a seu projeto que não é aferido em pesquisas de opinião.

Além do mau exemplo do domingo, Bolsonaro tem insistido em que o coronavírus não é tão perigoso quanto parece, ignorando aspectos epidemiológicos

que não têm a ver com a taxa de letalidade do patógeno.

O presidente tentou interferir diretamente no trabalho de Mandetta, que foi deputado pelo DEM-MS. Na semana passada, ele ficou contrariado com a ida programada do ministro para São Paulo, onde se encontraria com o governador João Dória (PSDB) e seu time.

Para Bolsonaro, isso cacifaria o tucano, agora um rival aberto visando a disputa presidencial de 2022. Mandetta alegou que não poderia deixar de coordenar esforços com o estado mais populoso e que concentra o maior número de infectados pelo coronavírus. E viajou a São Paulo, sob protestos.

O governador, que chamou o presidente de ausente na crise e foi dos primeiros a criticá-lo pelo ato de domingo, não poupa elogios a Mandetta e ao Congresso, numa sinalização vista por aliados e adversários como a de posicionamento de batalha.

Nesta terça, um ex-aliado de Bolsonaro cooptado por Dória, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), irá protocolar um pedido de impeachment do presidente. Ninguém levará muito a sério, mas o instrumento ficará à disposição de Maia, para análise eventual.

Sem o presidente, reunião de Poderes debate epidemia

BRASÍLIA Os presidentes do STF, da Câmara e do Senado se reuniram nesta segunda com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para discutir medidas que o Judiciário e o Legislativo podem adotar contra a propagação do coronavírus. Jair Bolsonaro, que tem protagonizado embates políticos com os dois Poderes, não participou.

A reunião no STF durou mais de duas horas. O encontro de Toffoli com Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre foi lido por ministros de tribunais superiores como uma forma de o Judiciário e o Legislativo marcarem posição e assumirem protagonismo nas medidas de combate ao coronavírus, em contraposição às atitudes do presidente Jair Bolsonaro.

Mas Toffoli evitou dar o tom de que os Poderes estão isolando o Executivo. "O Executivo estava presente na figura de seu ministro da Saúde", afirmou, tecendo elogios ao titular da pasta. Reynaldo Turollo Jr. e Julia Chaib

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Presidente confinado

Na crise do coronavírus, é melhor deixar as tarefas com capacitados, e Bolsonaro entregue a bizarrices

O presidente da República parece ruinar a uma espécie de quarentena voluntária. Desde que assumiu o cargo, isolou-se da sabedoria, da liderança, da ciência, do bom senso e da melhor prática política.

A atitude estúpida de ir ao encontro de sua diminuta seita de extremistas neste domingo (15), em Brasília, indica que o país não contará com o chefe de Estado na condução da resposta à maior urgência humanitária em décadas.

Pelo contrário, Jair Bolsonaro ameaça tornar-se obstáculo à extraordinária coordenação de esforços e recursos necessária para mitigar o impacto que o espalhamento da Covid-19 exercerá no sistema de saúde, no bem-estar de dezenas de milhões de brasileiros e na economia, duramente atingida.

O melhor, pois, é deixar o ocupante intelectual e politicamente isolado do Planalto falando e fazendo asneiras sozinho, enquanto os capacitados se incumbem da tarefa monumental.

Os ministros ainda lúcidos, como o da Saúde e o da Economia —cujas declarações à **Folha** nesta segunda (16) repõem a esperança na racionalidade e no somatório de esforços—, podem articular-se diretamente com os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, bem como com os governadores dos estados, on-

de fica o terreno dessa batalha.

O presidente não faria mal, nesse contexto, em delegar a uma autoridade nacional o enfrentamento da epidemia e de suas consequências imediatas, a exemplo do que ocorreu durante o racionamento de energia elétrica em 2001.

A despeito do modelo que se adote, o fluxo de informações e decisões necessita ser fluido e ancorado em evidências. Planos de contingência para hipóteses extremas, como o bloqueio de circulação em regiões com vasto contingente populacional, precisam estar delineados em questão de poucos dias.

Com enorme parcela dos trabalhadores na informalidade e elevado contingente de desempregados, milhões de famílias poderão ter queda vertiginosa em seu poder de compra. Será preciso garantir a alimentação desses brasileiros.

Os mais vulneráveis à debacle, seja na saúde, seja na renda, exigem socorro prioritário. A asfixia econômica também requererá ações para que o mergulho passageiro não deflagre uma onda de falências.

Diante da enormidade do desafio, cujo sucesso será avaliado em vidas e empregos poupados, seria desperdício de tempo preocupar-se com as bizarrices de Bolsonaro.

Que permaneça em seu confinamento de fato até que a crise esteja superada. Todos terão a ganhar.

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAULO ORTELLADO

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP, é doutor em filosofia.

Hora do impeachment

As insensatas manifestações do último domingo, 15, foram a gota d'água. Num só gesto, Bolsonaro mostrou, para quem ainda tinha dúvidas, que está ativamente conspirando contra os outros Poderes; além disso, ao participar do convescote autoritário, contrariando recomendação sanitária, mostrou que não tem autoridade para liderar o país na crise do coronavírus. Está na hora de discutirmos seu impeachment.

Além de celebrar a manifestação e pessoalmente participar dela, Bolsonaro tem reiteradamente minimizado a crise do coronavírus, chamando as medidas que estão sendo implementadas de "extremismo", "histeria" e "superdimensionamento", quando sua missão seria a de colaborar com as ações que podem reduzir o número de óbitos.

A taxa de mortalidade de quem se contaminou com o coronavírus é de 3,74%. Assim, se o vírus contaminar 10% da população, o que pode acontecer em alguns meses, deve matar 785 mil brasileiros. Isso é 15 vezes o número de brasileiros mortos na Guerra do Paraguai.

O presidente Bolsonaro está preparado para conduzir o país durante uma epidemia dessa magnitude? O que pode acontecer caso, incomodado com alguma atitude do ministro da Saúde, Henrique Mandetta, resolva substituí-lo por um fanático ignorante como Weintraub, Araújo ou Damares?

Mas isso não é tudo. A estratégia da confusão pela qual Bolsonaro tenta dissimular seu ataque à independência dos Poderes não deveria enganar mais ninguém.

O presidente ao mesmo tempo estimulou as manifestações e disse que eram espontâneas; permitiu que atacassem o Congresso e o Supremo e disse que não compartilha dessas posições; fez pronunciamento pedindo que as manifestações não acontecessem e, quando aconteceram, divulgou vídeos dos protestos e compareceu à manifestação em Brasília; disse que respeita Maia e Alcolumbre, mas que quem deveria prevalecer é o povo nas ruas.

Como Bolsonaro quer confundir, devemos sempre tomar como sua a posição mais grave que não foi desmentida por uma negativa firme e inequívoca. Por esse motivo, precisamos ter clareza: Bolsonaro convocou e participou de manifestações que pediram o fechamento do Congresso e do STF.

É bem verdade que o impeachment deveria ser evitado, porque o instituto não pode ser abusado e já está bastante desgastado depois do controverso impedimento de Dilma Rousseff. Mas a crise é grave e parece cada vez mais que a inação pode levar a um comprometimento permanente das instituições.

Podemos nos dar ao luxo de manter Bolsonaro no poder por mais dois anos?

JOEL PINHEIRO DA FONSECA

Economista, mestre em filosofia pela USP

A gota d'água

É hora de pensar no impeachment de Bolsonaro

Alguma chave virou em mim na semana passada, dia 9 de março, quando Bolsonaro afirmou ter provas de que a eleição que o elegeu teria sido fraudada. Até então, eu era contra sequer pensar em impeachment, apesar das muitas afrontas à democracia.

Afinal, o custo do impeachment para o país é muito alto. Além disso, com cerca de 30% de popularidade, trata-se na melhor das hipóteses de um sonho distante e, portanto, irrelevante. Mas ali, naquele momento, com a acusação grave e mentirosa à Justiça Eleitoral, algo deveria ter sido feito. Foi, para mim, a gota d'água. O copo transbordou.

Desde então, as indignidades de Bolsonaro só aumentaram: ele não só promoveu como participou de um protesto que pedia fechamento do Congresso e um novo AI-5, no meio de uma epidemia grave da qual ele é potencial vetor. Com seu mau exemplo, ainda desautorizou o trabalho competente do ministro da Saúde. Bolsonaro não só ataca a democracia como é um risco à saúde pública.

Para tirar fotos junto a fanáticos ignorantes, ele vai sorridente. Quando o dever chama, no entanto, Bolsonaro foge. Ausentou-se de videoconferência com líderes de países sul-americanos para discutir medidas de combate ao vírus. Se já fomos liderança continental, hoje estamos atrasados em relação aos nossos vizinhos.

Tampouco fez falta à reunião entre Maia, Alcolumbre, Mandetta, ministros do Supremo e outras autoridades.

Não demonstra saber nada e nos faz passar vergonha perante o mundo. Para que serve o presidente?

Para piorar, há evidências preocupantes de que Bolsonaro acredita que a Covid-19 seja um plano chinês para prejudicar o Ocidente. Teorias da conspiração e pseudociência estão no posto mais alto da República. (Caso alguém tenha alguma suspeita: até agora, o saldo da Covid-19 para a China são 5 milhões de desempregados e redução brutal do consumo e das projeções para o PIB de 2020. Não é "histeria".) A confusão criada pelo presidente e seu entorno é tamanha que não temos sequer a resposta a uma pergunta simples e crucial: Bolsonaro está ou não está infectado pelo coronavírus?

Não é à toa que vozes públicas, outrora apoiadoras, estejam se arrependendo publicamente. É o caso de Francisco Razzo, filósofo conservador, em artigo para a Gazeta do Povo ("Por que me arrependo de ter votado em Bolsonaro", 11/03). E também de Janaina Paschoal, em discurso nesta segunda-feira (16) na Assembleia Legislativa de São Paulo. No caso, ela não só se diz arrependida do apoio dado como defende o impeachment, no que tem razão.

É impossível derrubar um presidente ainda popular. A resistência seria grande demais. Além disso, o momento de crise pede toda a atenção do setor público. Não podemos nos dar ao luxo de paralisar a política por meses em meio à crise do coronavírus.

Assim, por enquanto, o melhor é deixar o presidente esquecido, isolado, enquanto os adultos do Congresso e de alguns ministérios trabalham.

Ao final da crise, no entanto, caso a popularidade de Bolsonaro tenha caído devido aos problemas econômicos e à sua incompetência, que o Congresso faça logo seu trabalho.

Os crimes de responsabilidade se acumulam, com gravidade cada vez maior. As ilegalidades, as mentiras, os ataques, as indignidades, o caos, o golpismo, a covardia e a falta de liderança só vão piorar. O atual presidente é indigno do cargo, afronta nossas leis e coloca o país em risco. O Brasil é maior que Bolsonaro.

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro tem que sair da Presidência, diz Janaina Paschoal

Após desdém do presidente com pandemia de coronavírus, deputada estadual afirma que se arrependeu do seu voto

Carolina Linhares

SÃO PAULO A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve sair do cargo após ter contrariado seu próprio ministro da Saúde e, em meio à pandemia de coronavírus, ter tocado em apoiadores durante manifestação no domingo (15).

“Esse senhor tem que sair da Presidência da República, deixa o [Hamilton] Mourão [vice-presidente], que entende de defesa, conduzir a nação”, pediu Janaina nesta segunda (16), em discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo.

A deputada também criticou o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), por, na sua avaliação, não ter tomado medidas suficientes contra a pandemia. “Se houver um colapso no sistema de saúde em São Paulo, o governador deve perder o cargo”, completou.

Janaina afirmou que Bolsonaro cometeu crime contra a saúde pública ao estimular os atos de domingo e ao participar da aglomeração, já que ele próprio está sob suspeita de ter contraído a Covid-19.

Embora o resultado de seu teste na semana passada ter sido negativo, ele fará novos exames, e ao menos 12 pessoas que se encontraram com ele estão com a doença.

“Como um homem que está possivelmente infectado vai para o meio da multidão? [...] Ele está brincando? Ele acha que pode tudo? As autoridades têm que se unir e pedir para ele se afastar. Não temos tempo para um processo de impeachment”, afirmou.

Pelo Twitter, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) respondeu. “São 57.796.986 de brasileiros que votaram contra o sistema e a favor de Bolsonaro. A senhora tem todo o direito de se arrepender, não a criticarei por isso. Mas nunca se esqueça: a vontade do povo é (e continuará sendo) soberana.”

Após ter sido cotada para ser vice de Bolsonaro na campanha de 2018, Janaina afirmou nesta segunda, pela primeira vez, que se arrependeu do seu voto no presidente.

Autora do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT), a advogada e professora da USP teve mais de 2 milhões de votos para deputada estadual, um recorde nacional.

“Ele desrespeitou a ordem do ministro da Saúde. O que ele fez ontem é inadmissível, injustificável, indefensável”, disse Janaina na tribuna.

Em outras ocasiões, a deputada foi crítica a Bolsonaro e nunca se considerou bolsonarista, mas até agora mantinha o apoio ao governo federal.

Também autor do pedido de impeachment de Dilma, o jurista Miguel Reale Júnior defende que o Ministério Público peça para que Bolsonaro seja submetido a uma junta médica para determinar se ele tem sanidade mental para ser presidente. Reale afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo que Bolsonaro deve ser considerado inimputável por ter participado do ato em Brasília.

Na Assembleia, Janaina disse que as autoridades têm que ter responsabilidade. “Isso é homicídio doloso. Quanto as autoridades têm o poder e dever de tomar providências para evitar um resultado danoso e assim não procedem, elas respondem por esse resultado. Isso vai ser atribuído ao governador do estado e principalmente ao presidente da República”, afirmou.

Segundo Janaina, na quinta (12), ela pediu a Doria que suspendesse cerimônias e inaugurações. “Ele riu na minha cara e disse que estava seguindo técnicos”, disse a deputada.

No fim de semana, Doria tomou medidas mais restritivas, como suspensão de aulas e eventos, mas a deputada diz que isso não parece suficiente. “Ele continua fazendo inaugurações. Não pode”, disse.

CONTINUA

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No domingo, Bolsonaro estimulou e participou de manifestações em diferentes pontos do país. Os atos tiveram gritos de guerra e faixas em defesa do governo federal e uma série de ataques ao Congresso e ao STF (Supremo Tribunal Federal). Também houve pedidos por parte dos manifestantes de intervenção militar e AI-5 (decreto da ditadura que permitiu a cassação de mandatos de parlamentares contrários ao regime, a implementação de censura prévia e a suspensão do habeas corpus por crimes de motivação política, entre outras medidas).

Na quinta, o presidente havia pedido que as manifestações fossem adiadas. Porém, apoiadores do presidente, como Olavo de Carvalho, continuaram as convocações.

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ESPAÇO Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) relutavam em apoiar a suspensão das sessões do tribunal por causa do vazio de poder que a medida poderia gerar - num momento em que as atitudes de Jair Bolsonaro, de provocação à corte e ao Congresso e de irresponsabilidade com coronavírus se intensificaram.

ALTO LÁ Em resposta à participação de Jair Bolsonaro nas manifestações de domingo (15), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) entrou na Justiça com pedido de medida cautelar de urgência contra o presidente da República.

FÓRCEPS A ação civil pública, protocolada na segunda (16) na Seção Judiciária do Distrito Federal, acusa Bolsonaro de colocar em risco a saúde dos cidadãos ao desrespeitar recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater contra o novo coronavírus.

FÓRCEPS 2 O partido pede que Bolsonaro seja obrigado a entrar em quarentena e fique proibido de manter contato, incitar ou organizar manifestações populares até a volta da normalidade das questões de saúde pública.

FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

Ler em tempos de coronavírus

RIO DE JANEIRO Você conhece o “Decameron”, de Giovanni Boccaccio, que está na origem do conto como gênero literário. No flagelo da peste bubônica na Florença de 1348, dez nobres, durante dez dias, se confinam e decidem contar histórias. Na Itália de hoje, país europeu mais atingido pela pandemia de coronavírus, a situação se repete. Uma espécie de efeito colateral que bate nas pessoas obrigadas a ficar em casa: a leitura. As vendas online de dois romances — “A Peste”, de Albert Camus, e “Ensaio sobre a Cegueira”, de José Saramago — dispararam.

O de Camus é uma peça de resistência: a cidade de Oran, infestada de ratos, se transforma em alegoria da Europa ocupada pelo nazismo. O de Saramago é um thriller de terror: a epidemia de cegueira branca mostra a que ponto se pode chegar diante de uma situação de caos. Invadir supermercados para esvaziar prateleiras com papel higiênico e álcool gel é só o início.

Há outras indicações na literatura, a competir com a maratona de séries e flash mobs sonoros. Num conto de Edgar Allan Poe, “A Máscara da Morte Vermelha”, o príncipe Próspero despreza as alusões à peste negra e resolve dar uma festança, trancando mil amigos num castelo e deixando a miséria lá fora. Qualquer semelhança com o Brasil atual é mera coincidência.

O tema era caro a Gabriel García Márquez: em “Cem Anos de Solidão”, a peste da insônia contamina os habitantes de Macondo; o título “O Amor Nos Tempos do Cólera” dispensa explicações. Nas duas obras, revela-se a admiração do autor por “Um Diário do Ano da Peste”, de Daniel Defoe. Há quase 300 anos este livro é um modelo, não só para abordagens sobre epidemias como também do registro de informações jornalísticas utilizando-se da narrativa ficcional. Suposto relato de uma testemunha ocular, a ação se passa no verão londrino de 1665, quando o autor tinha quatro anos de idade.

Lave as mãos depois da leitura.

17 MAR 2020

17 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Casos de dengue sobem no Paraná e se aproximam de recorde

Katna Baran

CURITIBA Em meio a expectativa de aumento de pacientes de coronavírus, o Paraná vive outro desafio: a dengue. Último boletim da secretaria estadual de Saúde informa que já foram confirmados 52.652 casos, com cerca de 30% dos municípios em estado de epidemia.

O aumento de notificações até março é de quase 1.000% em relação ao primeiro boletim do ano, divulgado em 7 de janeiro. A epidemia atinge em especial a região norte e noroeste do estado. Desde julho do ano passado até então, foram 37 mortes registradas.

A expectativa é que o Paraná ultrapasse o recorde histórico de casos de dengue na próxima semana: entre 2015 e 2016 foram cerca de 56.300, com 61 mortes.

Além do número de casos, preocupa o estado dos pacientes. Entre os quatro sorotipos da doença, a que tem se manifestado mais no Paraná é a de tipo 2, mais grave que a comum, provocando até hemorragias.

Do último boletim, constam 763 registros de dengue com sinais de alarme e 74 casos graves.

No próximo dia 21, está prevista grande mobilização de combate à doença em 60 municípios que apresentam os maiores índices de casos. A ação terá 600 soldados do Exército e 60 integrantes da Defesa Civil.

A secretaria estadual de Saúde informou que, pela atual situação do coronavírus no estado não ser de transmissão local, não cancelará a atividade. O Paraná tem atualmente seis casos confirmados do novo vírus.

Londrina, a segunda cidade maior do Paraná, é que apresenta mais registros: 6.046 casos de dengue.

A rotina na cidade até mudou. Já foram feitos oito mutirões, com recolhimento de 900 caminhões de lixo. Também foram instaladas mil armadilhas para controle do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

A prefeitura até instituiu multa, de R\$ 50 a R\$ 300, para morador de imóveis que com focos do mosquito.

O secretário de Saúde da cidade, Felipe Machado, diz que os mutirões estão mantidos, mesmo com a chegada do coronavírus — Londrina está contratando profissionais de saúde e montou centro exclusivo de tratamento da doença, capaz de realizar 500 atendimentos diários. Desde segunda (9), foram 1.400 pacientes.

17 MAR 2020

TRIBUNA DO PARANÁ

INQUÉRITO CONCLUÍDO

Delegado agrediu enteada antes de matá-la
com a mãe em Curitiba

Gustavo Marques
gustavomarques@tribunadoparana.com.br

A Polícia Civil concluiu ontem o inquérito da morte da escritã Maritza Guimarães de Souza, 41 anos, assassinada junto com a filha, Ana Carolina de Souza, 16 anos, pelo marido, o delegado Erik Wermelinger Buseti, 45 anos. Os assassinatos foram dia 4 de março na residência onde a família morava em um condomínio no bairro Atuba, em Curitiba.

Segundo investigação, o delegado, que atuava na Delegacia do Adolescente, agrediu fisicamente a enteada antes de matá-la com a mãe com 13 tiros. O delegado responde por duplo feminicídio. A filha do casal, de 9 anos, estava na casa no momento do crime.

Imagens de câmeras de dentro da residência mostram que a briga entre o casal durou três horas com intervalos de silêncio. Em certo momento, Maritza começa a separar roupas, indicando que sairia de casa. Em outro, Maritza ouve gritos da filha que estava sendo agredida pelo marido com chutes e tapas no quarto.

“A mãe sobe para o quarto, mas existe um ponto cego nas imagens. Percebe-se que em menos de três segundos acontecem os tiros. Elas morreram abraçadas”, relata a delegada responsável pelo inquérito Camila Ceconello, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Arma da polícia

Buseti atirou várias vezes contra as vítimas e um dos tiros chegou a atravessar o corpo da mãe até atingir a adolescente. “No laudo do Instituto Médico Legal ficou constatado que foram sete tiros na esposa e seis na enteada. A arma utilizada foi a que ele usava como delegado”, informa a delegada.

Com a conclusão do inquérito, agora o Ministério Público do Paraná vai montar a denúncia para encaminhar à Justiça. O delegado segue preso no Complexo Médico Penal, em Pinhais.

17 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

Polícia Civil indicia delegado por duplo feminicídio em Curitiba

Vitor Sruck

Reportagem Local

Principal suspeito de ter assassinado a escritã Maritza de Souza, 41, e sua filha, Ana Carolina de Souza, 16, há dez dias, o delegado Erik Buseti foi indiciado por duplo feminicídio com o agravamento da pena em, no mínimo, um terço por ter cometido o crime na presença da filha de nove anos. Os detalhes sobre as investigações e o indiciamento do delegado, que era casado com a escritã, foram repassados em uma entrevista coletiva quando da conclusão do inquérito, na manhã desta segunda-feira (16). O crime ocorreu no bairro Atuba, em Curitiba, e o suspeito permanece detido no Complexo Médico-Penal, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, desde que foi preso em flagrante.

Após a análise das imagens das câmeras de segurança da residência, a polícia concluiu que o casal discutiu por cerca de três horas até que Buseti disparasse ao menos 13 vezes contra as vítimas. "Através da análise das imagens vimos que a discussão e o assassinato ocorreram no segundo andar e a filha estava no quarto que dá acesso ao segundo andar com a porta fechada. Embora ela não tenha presenciado, visto o acontecimento, ela certamente dentro do quarto ouviu os disparos e as brigas", esclareceu a delegada Camila Ceconello.

Também segundo a delegada, durante as discussões, Maritza de Souza chegou a ar-

"A Polícia Civil inteira sofreu muito com este acontecimento"

rumar uma mala para sair de casa com a filha e a jovem teria sido agredida pelo delegado antes do assassinato da própria mãe, o que explica a roupa rasgada do suspeito. A Polícia Civil também aguarda um laudo pericial realizado nos celulares das vítimas e do suspeito, o que deve ser encaminhado ao Ministério Público nos próximos dias. "Nós concluímos hoje o inquérito devido ao prazo esgotado, porém nós aguardamos a perícia dos celulares para ser remetida ao Poder Judiciário", afirmou.

Durante o inquérito policial sete testemunhas foram ouvidas, dentre vizinhos do casal e os familiares das vítimas. Também segundo a polícia, nestes depoimentos foram mencionados supostos desentendimentos ou qualquer tipo de animosidade entre Buseti e a enteada de 16 anos.

Também na tarde desta segunda-feira, o advogado de defesa de Erik Buseti, Claudio Dalledone, classificou as imagens como "trágicas" e evitou falar em "estratégias" para a fase de instrução processual como a de desqualificar a vítima para convencer o Tribunal do Júri a amenizar a pena. "Nunca falei em fatalidade, mas em tragédia que atinge a todos e, principalmente, o Erik. Evidentemente que um

copo transbordou aquele dia, que isso é uma sequência de situações extravagantes e inimagináveis que desgraçou a vida de um delegado de polícia(..) A delegada de polícia tem impressões do que viu, pois não há áudio naquilo tudo. Existem testemunhas que dão circunstâncias do que vinha ocorrendo numa vida de um casal que vivia às turras", avaliou.

Questionada sobre o impacto do crime na Polícia Civil do Paraná, a delegada Camila Ceconello lamentou profundamente. "É uma grande tragédia. A Polícia Civil inteira sofreu muito com este acontecimento, então, é um sentimento de bastante tristeza, um sentimento de que as coisas saíram do controle de uma forma bastante triste e acabou ceifando a vida de duas mulheres", lamentou.

17 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

Supremo se une ao

Congresso contra Bolsonaro

A pedido de Toffoli e Fux, presidentes da Câmara e do Senado recebem o ministro da Saúde para discutir medidas sobre o novo coronavírus

Igor Gielder

Folhapress

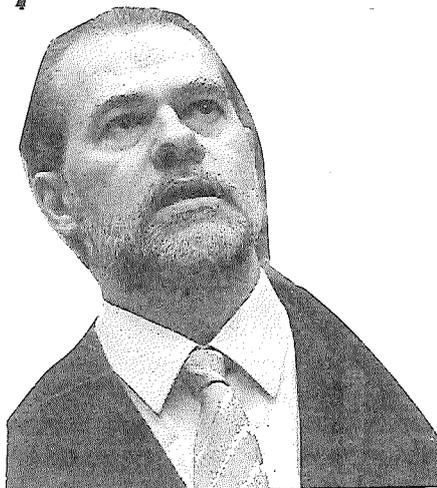
São Paulo - A decisão de Jair Bolsonaro de juntar-se a manifestantes que pediam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal gerou uma reação coordenada por parte dos Poderes sob ataque.

A pedido do presidente do Supremo, Dias Toffoli, e do ministro Luiz Fux, os presidentes Rodrigo Maia (Câmara, DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (Senado, DEM-AP) receberam nessa segunda (16) o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para discutir medidas acerca da pandemia do novo coronavírus.

No domingo (15), Bolsonaro surpreendeu ao surgir na praça dos Três Poderes e, descumprindo ordens sanitárias, já que estava em isolamento por ter tido contato com infectados em sua viagem aos EUA, confraternizou-se com integrantes do ato. Ao longo do dia, fez postagens de apoio ao protesto.

Ele foi criticado por políticos e infectologistas, dado que neste momento a recomendação oficial é a de evitar aglomerações e contato físico, e só respondeu dizendo que poderia fazer o que bem entendesse, negando estar a atacar outros Poderes.

O ato deu um novo sentido à já aguda crise política, que residia centrada na disputa entre Executivo e Legislati-



Planalto avalia que papel de moderador que o Judiciário vinha exercendo sob a presidência de Dias Toffoli

vo pelo manejo de R\$ 30 bilhões do Orçamento. Agora, o papel moderador que o Judiciário vinha exercendo, exceto nos episódios em que Bolsonaro foi admoestado pelo decano Celso de Mello, mudou.

No Palácio do Planalto, a informação recebida é de que não haverá mais a tolerância tácita que marcava a presidência Dias Toffoli, que buscava o papel de esteio institucional em tempos de extrema crispação entre os Poderes.

Toffoli transitava bem no governo por meio de sua ligação com o general Fernando Azevedo, ministro da Defesa e seu ex-assessor especial.

Crises foram mediadas e o ministro deu decisões polêmicas favorecendo, por exemplo, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), primogênito

do presidente e investigado entre outras coisas por ligação com milicianos.

Os militares, que na tríade principal do governo têm Azevedo, Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Walter Braga Netto (Casa Civil), têm mantido silêncio sobre a escalada da crise. Nessa segunda, os três generais que serviram juntos sob o comando de Azevedo se reuniram, mas oficialmente para falar sobre o temor do espaçamento da pandemia na fronteira entre Venezuela e Roraima.

A presença de Fux no encontro desta segunda é indicação de continuidade, dado que pelo rodízio do STF o ministro assumirá o lugar de Toffoli. Também de unidade, dado que os dois togados não comungam exatamente das mesmas linhas de pensamento na corte.

17 MAR 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Não aceitar fim de relação é causa de 33% das agressões a mulheres

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro analisou 107 processos em tramitação nos tribunais do júri fluminense, que julgam casos de atentado contra a vida. Mulheres entre 21 e 40 anos, atacadas em casa, à noite ou de madrugada, a faca ou a tiros, pelo companheiro ou ex-companheiro, é o perfil mais comum das vítimas de tentativa de feminicídio. A pesquisa traçou um panorama dos assassinatos de mulheres no estado.

Segundo a pesquisa, uma em cada três agressões é atribuída, pelo autor do crime, à dificuldade em aceitar o fim do relacionamento. Outros motivos foram discussão por razões diversas, vingança, ciúme, estupro e recusa da vítima em manter relação sexual.

A maior parte dos crimes ocorreu entre pessoas que namoravam, estavam casadas ou vivendo em união estável (40%) ou tinham uma relação anterior (42%), sendo que 62% dos relacionamentos eram de até cinco anos. Quase todas as mulheres foram submetidas a episódios anteriores, registrados ou não em delegacia, de violência doméstica. Segundo o estudo, muitas não denunciaram os agressores por medo ou porque foram coagidas por eles.

17 MAR 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz autoriza ida de Adélio Bispo para hospital psiquiátrico

O juiz Bruno Savino, da 3ª Vara da Justiça Federal em Juiz de Fora, determinou a transferência de Adélio Bispo de Oliveira, autor da facada contra o então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, em 2018, para o Hospital Psiquiátrico de Custódia Jorge Vaz, em Barbacena, também em Minas Gerais. Adélio Bispo atacou Bolsonaro em uma caminhada pelas ruas do município mineiro durante a campanha eleitoral.

A decisão de Savino cumpre determinação de outro magistrado. No início deste mês, o juiz Dalton Conrado, da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, decidiu que Adélio não pode continuar preso na Penitenciária Federal de Campo Grande. O magistrado entendeu que caberia à Justiça de Minas Gerais, onde

o crime ocorreu, decidir para onde o agressor será levado.

Para o juiz, Adélio Bispo deve ficar em "local adequado" para tratamento psiquiátrico. "Adélio deverá ser internado em local apropriado ao cumprimento da medida de segurança, com estrutura, equipe técnica e medicamentos necessários ao tratamento da sua enfermidade mental", decidiu Conrado.

O pedido de transferência foi feito pela Defensoria Pública da União (DPU) e teve parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF).

Conforme denúncia feita pelo MPF e aceita pela Justiça, o acusado colocou em risco o regime democrático ao tentar interferir no resultado das eleições por meio do assassinato de um dos concorrentes na disputa presidencial.

17 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Um presidente contra o País

O presidente Jair Bolsonaro contrariou recomendações de seu próprio ministro da Saúde e participou no domingo de uma manifestação em Brasília a seu favor e contra o Congresso. Bolsonaro, que teve contato com mais de uma dezena de infectados pelo coronavírus, deveria ter se mantido em isolamento, conforme orientação médica. Ao não fazê-lo, colocou em risco a saúde de um número indeterminado de pessoas e a sua própria – que é, por razões óbvias, uma questão de Estado. O presidente foi tão gritantemente irresponsável que custa a crer que não soubesse o que fazia. E, se sabia, o fez de caso pensado: para ele, a saúde dos brasileiros é irrelevante, bem com os impactos econômicos e sociais tremendos da quarentena a que o País começa a ser submetido para tentar frear o avanço da covid-19. A única coisa que interessa a Jair Bolsonaro é seu projeto de poder, que está acima do Brasil e de todos os brasileiros.

Até agora, o presidente da República não parece ter levado a epidemia a sério. Não se sabe se compactua com alguns de seus seguidores, que, nas manifestações do fim de semana, asseguraram que o coronavírus é uma “mentira” destinada a esvaziar os protestos. Mas o fato é que Bolsonaro, mais de uma vez, considerou que a reação mundial à covid-19 tem sido “histerica” – como se os epidemiologistas de todo o mundo estivessem errados. Pior: nesta segunda-feira, em meio às críticas por seu comportamento inconsequente, Bolsonaro afirmou, com todas as letras e em sua gramática peculiar, que a orientação para que ficasse em isolamento, feita pelos próprios médicos da Presidência, conforme protocolos internacionais para casos como o dele, é nada menos que um “golpe” movido por “interesses que não sejam republicanos”.

Os interessados nesse “golpe”, segundo Bolsonaro, seriam os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. “Está em jogo uma disputa política por parte desses caras”, disse o presidente à Rádio Bandeirantes. Assim, Bolsonaro amplia seu confronto com o Congresso, depois de pessoalmente ter convocado os brasileiros a ir às ruas protestar contra os parlamentares, ignorando ao mesmo tempo o respeito devido ao Poder Legislativo e as restrições a aglomerações por causa da covid-19. Nas fotos que



fez com seus simpatizantes durante a manifestação de domingo em Brasília, aparecem vários cartazes que defendem o fechamento do Congresso e a prisão de líderes políticos. É pouco provável que o presidente não os tivesse visto, e é menos provável ainda que não soubesse que estava vinculando sua imagem a um movimento golpista.

Assim, o presidente tenta transformar a pandemia de covid-19 numa arma política, ignorando a aflição de milhões de cidadãos

que tiveram sua rotina subitamente rompida e que, ao contrário do presidente, estão cumprindo as orientações das autoridades sanitárias, mesmo diante de pesados prejuízos.

Enquanto Bolsonaro brinca com suas fantasias sediciosas, alguns dos Ministérios que lidam com as áreas mais afetadas pela pandemia mostram serviço. Ao contrário do presidente da República, o Ministério da Saúde tem se dobrado para fornecer informações de qualidade ao público e a preparar o sistema para receber o fluxo de doentes, que deve se multiplicar nas próximas horas. Já o Ministério da Economia, ainda que tenha demonstrado hesitação num primeiro momento, tomou algumas boas medidas para o enfrentamento dos efeitos imediatos da crise.

Além disso, o Congresso, conforme as palavras de seus líderes, não pretende entrar no jogo de Bolsonaro. “Somos maduros o suficiente para agir com o bom senso que o momento pede”, disse Rodrigo Maia.

Essa maturidade certamente continuará a ser colocada à prova pelo presidente da República, que parece cada vez mais obstinado em criar conflitos – como se estivesse em busca de um pretexto para aquele que talvez seja seu verdadeiro objetivo: destruir as instituições da democracia representativa e colocar em seu lugar o regime de democracia direta, tão caro aos autocratas populistas dos quais Bolsonaro é, por ora, apenas um esforçado aprendiz.

17 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Dias Toffoli evita falar de manifestação pró-governo

Chefe do Supremo se reúne com Maia, Alcolumbre e Mandetta para discutir avanço do novo coronavírus no País. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, reuniu ontem os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para discutir medidas de combate ao novo coronavírus. O encontro ocorre um dia após o presidente Jair Bolsonaro ignorar orientações médicas para participar de manifestação contra o Congresso e o Supremo.

Toffoli, ao fim do encontro, adotou um tom de pacificação e evitou comentar o episódio. “Essas manifestações não foram pauta da reunião de hoje (*ontem*)”, disse o ministro.

O presidente do STF afirmou que o presidente da República foi representado pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. “O Executivo estava presente através do seu ministro da Saúde. O presidente Jair Bolsonaro está o tempo todo com o seu ministro da Saúde. Aliás, ele escolheu o ministro da Saúde, que é um excelente ministro, uma pessoa extremamente preparada. Houve impressão positiva por parte de todos.”

● Fora da pauta

“Essas manifestações não foram pauta da reunião de hoje (*ontem*). O Executivo estava presente através do seu ministro da Saúde.”

Dias Toffoli

PRESIDENTE DO SUPREMO

Questionado se a participação de Bolsonaro em ato que pediu o fechamento do Congresso e do STF causou algum tipo de constrangimento, Toffoli repetiu que o assunto “não foi objeto da reunião”. “Estou aqui para falar da reunião.”

Segundo Toffoli, o Supremo deve manter sessões presidenciais, com restrições. Enquanto isso, a Corte também vai ampliar a atuação do plenário virtual. Ele disse que isso não prejudicará a participação dos advogados, da advocacia pública e privada e da Procuradoria-Geral da República. /J.L.

COLUNA DO ESTADÃO



● **CUCK.** O procurador Deltan Dallagnol mostrou em suas redes sociais um dos “desafios do teletrabalho”. Ele defende o isolamento para combater o coronavírus.

17 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-aliada, Janaina defende renúncia de Bolsonaro

Deputada se diz arrependida de ter votado nele; Reale Jr., outro autor do impeachment de Dilma, pede exame de 'sanidade' do presidente

Paula Reverbel
Pedro Venceslau

A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma Rousseff e que chegou a ser cotada para servir na chapa de Jair Bolsonaro em 2018, criticou ontem a participação do presidente em ato contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, e defendeu sua renúncia.

Outro signatário do pedido de impeachment, o jurista Miguel Reale Júnior também reprovou o comportamento de Bolsonaro e afirmou que uma junta médica precisa avaliar a sanidade mental do presidente.

No domingo, Bolsonaro ignorou a pandemia do novo coronavírus, deixou o isolamento recomendado pelos médicos e foi a ato em Brasília. Médicos ouvidos pelo Estado anteontem disseram que o presidente errou ao contrariar o isolamento e expor manifestantes ao risco de contaminação (caso esteja com o vírus incubado); ao não proteger e ter contato com uma aglomeração que pode incluir pessoas infectadas; e ao não dar o exemplo à população de que a orientação de evitar aglomerações deve ser levada a sério.

“O que ele (Bolsonaro) fez ontem (domingo) é inadmissível, é injustificável, é indefensável”, disse Janaina durante discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo ontem. “Crime contra a saúde pública. Desres-

• 'Juízo'

“Esse senhor tem que sair da Presidência da República. Deixa o Mourão, que entende de Defesa. Como um homem que está possivelmente infectado vai para o meio da multidão?”

Janaina Paschoal
DEPUTADA ESTADUAL (PSL-SP)

“Seria o caso de submetê-lo a uma junta médica para saber onde está o juízo dele. Assumir o risco de expor pessoas a contágio é crime.”

Miguel Reale Junior
JURISTA

peitou a ordem do seu ministro da Saúde. Esse senhor tem que sair da Presidência da República”, discursou a deputada, que é advogada. “Eu me arrependi do meu voto. As autoridades têm que se unir e pedir para ele se afastar, não temos tempo para um processo de impeachment.”

Segundo ela, “quando as autoridades têm o poder e o dever de tomar providências para evitar um resultado danoso, e assim não procedem, elas respondem por esse resultado”. “Isso é homicídio doloso”, disse. “Como um homem que está possivelmente infectado vai para o meio da multidão?”

Em 2018, Janaina, então apoiadora de Bolsonaro, foi a deputada estadual mais votada da história da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com mais de 2 milhões de votos.

Na quinta-feira passada, a deputada já havia batido de frente com o governador João Dória (PSDB) por causa do avanço do novo coronavírus – o tucano ainda não tinha suspendido a realização de eventos públicos com mais de 500 pessoas.

Nas redes sociais, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) rebateu a parlamentar. “São 57.796.986 de brasileiros que votaram contra o sistema e a favor de Jair Bolsonaro. A senhora tem todo o direito de se arrepender, não a criticarei por isso. Mas nunca se esqueça: a vontade do povo é (e continuará sendo) soberana”, escreveu.

Exame. Ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, Reale Jr. disse ao Estado que Bolsonaro deve passar por um teste de sanidade mental. “Seria o caso de submetê-lo a uma junta médica para saber onde está o juízo dele. O Ministério Público pode requerer um exame de sanidade mental para o exercício da profissão. Bolsonaro também está sujeito a medidas administrativas e, eventualmente, criminais. Assumir o risco de expor pessoas a contágio é crime”, afirmou.

De acordo com Reale, a participação de Bolsonaro no ato de domingo fere a legislação que regulamenta as ações para enfrentar uma pandemia. O ex-ministro não defendeu, porém, o impeachment do presidente. “O impeachment é um processo muito doloroso.”

17 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Após restrição de saída na Páscoa, prisões de SP têm fugas

Houve pelo menos 4 rebeliões e 350 teriam fugido só em Mongaguá; pandemia fez o TJ restringir as 'saidinhas'

Marcelo Godoy
Tulio Kruse

Quatro rebeliões aconteceram em presídios de São Paulo nesta segunda-feira. Em pelo menos um deles, houve fuga de detentos. A direção do presídio de Mongaguá, na Baixada Santista, fala em cerca de 350 fugitivos.

Além de Mongaguá, também há registro de revoltas nas penitenciárias de Tremembé, Mirandópolis e Porto Feliz. Nas duas primeiras, a Polícia Militar e os agentes penitenciários conseguiram controlar os motins. Em Porto Feliz, o Grupo de Intervenção Rápida (GIR) e a PM cercaram o presídio para conter a rebelião.

Em todos os presídios rebeldes há presença de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). A direção da Secretaria da Administração Penitenciária informou que só será possível saber o número exato de fugitivos em Mongaguá após a contagem dos presos.

De acordo com o sindicatos dos agentes prisionais, a onda de motins atingiria uma quinta prisão: o Centro de Ressocialização de Sumaré. A razão das revoltas, segundo os agentes, seria o fato de os presos temerem perder o direito a saída temporária de Páscoa, em razão da epidemia de coronavírus. "O motivo parece que é a situação de que o TJ (*Tribunal de Justiça de São Paulo*) proibiu as saidinhas e o trabalho externo de presos", diz o presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional, Fabio Cesar Ferreira. "Amanhã seria a primeira saidinha. E quase 20 mil presos queriam sair no feriado da Páscoa."

● Justificativa

"Ao retornarem ao sistema prisional os detentos seriam potenciais transmissores do coronavírus aos demais encarcerados."

Tribunal de Justiça de SP

A decisão. O Tribunal de Justiça divulgou ontem que a Corregedoria-Geral da Justiça, a pedido da Administração Penitenciária, suspendeu a saída temporária que estava prevista para os próximos dias. A Corte disse em nota que a decisão levou em consideração "a grave crise da saúde pública enfrentada pelos órgãos de gestão e população em geral quanto à disseminação do coronavírus".

De acordo com a decisão oficial divulgada, a saída dos detentos seria remarcada pelos juízes corregedores dos presídios, "conforme os novos cenários e em melhor oportunidade". "Neste momento de intensas medidas adotadas pelos Poderes constituídos, que restringem aglomerações de pessoas para se evitar a disseminação da doença, o Poder Judiciário considerou a necessidade de alteração da data porque, se agora fosse realizada, depois de cumprida a saída temporária, ao retornarem ao sistema prisional os detentos seriam potenciais transmissores do coronavírus aos demais encarcerados."

17 MAR 2020

BEMPARANÁ

Delegado acaba indiciado por morte da mulher

O delegado Erik Buseti, suspeito de matar a mulher a escritora Maritza Guimarães de Souza, 41 anos, e a filha Ana Carolina de Souza, 16, foi indiciado pela Polícia Civil por duplo feminicídio com incidência de aumento de pena por ter cometido o crime próximo da filha de nove anos. A Polícia Civil do Paraná (PCPR) concluiu o Inquérito Policial do duplo feminicídio. O crime ocorreu no dia 4 de março deste ano, na residência das vítimas, no bairro Atuba, em Curitiba.

De acordo com a delegada Camila Ceconello, imagens de câmeras de segurança mostram que o casal discutiu por pelo menos três horas antes da morte de Maritza e sua filha.